

EDIÇÃO 03 OUT/NOV 2020

VUKÁPANAVO

ISSN 2596-2426

REVISTA TERENA - MS - BRASIL

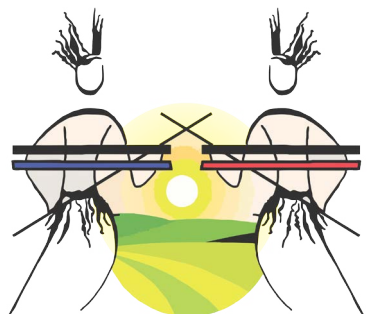
PANDEMIA DA COVID-19 NA VIDA DOS POVOS INDÍGENAS



Vukápanavo: Revista Terena

nº 3, p. 1-400, out./nov. 2020

ISSN: 2596-2426



CONSELHO DO POVO TERENA

Hánaiti Ho'únevo Têrenoe

CONSELHO DO POVO TERENA

Equipe Terena

Daniele Lorenço Gonçalves

Eder Alcântara Oliveira

Elison Floriano Tiago

Erick Marques

Evelin Tatiane da Silva Pereira

Luiz Henrique Eloy Amado

Simone Eloy Amado

Zuleica da Silva Tiago

Capa

Erick Marques

Vukápanavo: Revista Terena

nº 3, p. 1-400, out./nov. 2020

ISSN: 2596-2426

<https://www.vukapanavo.com>

Apoio: Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS); Fundação Oswaldo Cruz, via projeto “Aprimoramento do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, através do desenvolvimento de estudos técnicos, pesquisas científicas e ações estratégicas, essenciais para a diversificação, ampliação e qualidade dos serviços de saúde prestados aos indígenas”.

Mato Grosso do Sul - Brasil

OS ENFRENTAMENTOS DOS ESTUDANTES INDÍGENAS EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA EM TEMPOS DE PANDEMIA DO COVID-19

Claudia Regina Nunes dos Santos Renault¹

Debora Barros dos Santos²

Jessica Gillian de Almeida³

Resumo: A literatura descreve algumas dificuldades enfrentadas pelos estudantes indígenas na educação superior, sendo as vivências acadêmicas, as dificuldades econômicas e a distância da família motivo de evasão e de necessidade de se criar estratégias para fortalecer esta população para permanência nas universidades. Em tempos de pandemia estes cuidados precisam ser redobrados para proteção desta população que pode sofrer grandes impactos sociais e abandonar seus cursos. Nessa direção, esse artigo propõe como objetivo compreender o papel da instituição de ensino, dos estudantes e as interações garantidas para a permanência deles na universidade. Como método será realizada uma pesquisa quantitativa para atender o objetivo. E traz como conclusão, a importância de se trabalhar em conjunto com a população acadêmica para que juntos possam construir ações que produzam resultados satisfatórios para formação dos estudantes indígenas.

Palavras-chave: Pandemia; Estudantes Indígenas; Educação Superior.



Introdução

Ao longo da história várias pandemias surgiram, assolando a população mundial de forma catastrófica, e atingindo a todos que com ela tem contato. Contudo, sabemos que ela atinge de forma desigual as diversas populações distribuídas geograficamente pelo mundo, e, entre a população brasileira isso não é diferente. Geograficamente, a população brasileira é distribuída por um produto histórico das relações sociais diversas, e esta desigualdade é reflexo de uma distribuição de um longo processo histórico que resultam em vulnerabilidades na população brasileira tão desigual (BERNARDES et al, 2020).

1. Doutoranda em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília. E-mail: claudia.renault23@gmail.com.

2. Mestranda em Política Social pela Universidade de Brasília. E-mail: debarros93@gmail.com.

3. Mestranda em Política Social da Universidade de Brasília. E-mail: jessycagillian@hotmail.com.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, atualmente, a população brasileira é estimada em 210.147.125 pessoas distribuídas de forma desigual, sendo que as populações vulneráveis ocupam uma área marcada pela desigualdade e ausência de direitos, a qual é ocupada pelos grupos que estão nas favelas, nas periferias, os grupos indígenas, os quilombolas, os agricultores familiares, os assentados entre outros que são os mais atingidos nos momentos de pandemia (STEVANIN, 2020).

A população indígena no Brasil hoje é de 817 mil indígenas, segundo o Censo do IBGE de 2010. Destes, 279 mil residem em municípios de alto risco para a pandemia de Covid-19 e 512 mil residem em municípios de baixo risco para Covid-19. Sendo que as Terras Indígenas (TI) estão próximas dos grandes centros urbanos como Manaus, Eixo Rio Branco-Porto Velho, Fortaleza, Salvador e capitais do sul e sudeste. A população que mora em zona urbana, mora perto dos grandes centros urbanos, que são municípios de alto risco. O restante da população vive em zona rural próxima a municípios de alto risco em curto prazo. Brasília se destaca como região do centro oeste de grande intensidade da doença, além de concentrar grande parte das organizações institucionais que lutam pelos direitos dos povos indígenas, local de grande polo de circulação indígena (VALVERDE, 2020).

A Universidade de Brasília (UnB) está neste meio de grande circulação dos povos indígenas, com sua diversidade latente, a universidade conta com a representação de diversos povos do Brasil nos cursos de graduação e pós graduação. Nesse sentido, alguns estudos foram realizados por pesquisadores sobre as dificuldades e motivos que levaram os estudantes indígenas a virem e estudar em Brasília e os motivos que levaram a abandoná-la.

Em face disso, as dificuldades encontradas para permanecer na Universidade vão desde as dificuldades econômicas, sociais, culturais, acadêmicas, além da distância de seus familiares. Uma das motivações que levaram os estudantes a optarem pela Universidade de Brasília, refere-se sobre a possibilidade de estar no centro das decisões políticas do país, e, pela grande diversidade de cursos ofertados pela universidade, esses fatores têm atraído os estudantes na realização do vestibular específico da UnB (RENAULT, 2019).

Nessa direção, além do vestibular que é realizado nos polos próximos a grandes comunidades indígenas, a Universidade de Brasília também oferece aos estudantes auxílios sócio assistenciais e acompanhamento dos estudantes indígenas em espaço adequado que aproxima os diferentes povos que aqui estudam. Destaca-se também a forma de gestão que a universidade trabalha, cumprindo a convenção 169 da OIT, ouvindo a população indígena em todas as suas decisões. Essa estratégia de gestão compartilhada

empodera os acadêmicos que aqui estão, pois, a participação dos estudantes é fundamental nas decisões administrativas. Sendo um dos maiores motivos por trazerem a população indígena a estudar na UnB, além de ter uma das maiores notas das universidades públicas.

Pesquisas trazem que os estudantes indígenas quando saem de suas comunidades enfrentam grandes dificuldades, tais como, o isolamento, tristeza, solidão, e culpa por ter deixado a comunidade, como comprovam os estudos realizados por Mercuri e Fiori (2012). Diante disso, a assistência estudantil se torna fundamentalmente importante, seja no seu aspecto material ou psicossocial, promovendo medidas de acolhimento, bem estar e reprodução material, promovendo a equidade e a inclusão social, ainda que de forma tímida. Entretanto, são essas estratégias que garantem a permanência dos estudantes indígenas nas universidades, e atuam aumentando a procura pela educação superior, avançando na conquista dos direitos constitucionais gravados na Carta Magna de 1988 nos artigos 231 e 232 – O direito a uma educação diferenciada. Neste momento de pandemia, este cuidado torna fundamental para permanência e equilíbrio emocional na hora de decidir o que fazer. Seja ele de voltar para a comunidade ou continuar estudando.

Este estudo tem como objetivo compreender o papel da instituição, dos estudantes e as interações garantidas para a permanência na Universidade de Brasília (UnB) neste momento de pandemia.

Será um estudo que contribuirá na percepção de como uma universidade pública propôs ações diferenciadas, ouvindo a necessidade da população indígena. Como método de pesquisa será realizado uma pesquisa quantitativa que fará um levantamento da população a ser atendida e os benefícios sócio assistenciais disponibilizados para enfrentar a pandemia do Covid-19. Usando o acompanhamento acadêmico e os editais de auxílio sócio assistenciais promovidos a população indígena, estudantes desta universidade.

As pandemias ao longo da história e o Covid-19

A cronologia dos fatos é uma forma bastante didática de se compreender a história, podendo ser feita por diversos aspectos, sendo um desses as grandes guerras que marcaram a história. As grandes guerras marcam principalmente pelo imenso sofrimento dos inocentes e pela explícita ausência de humanidade de seus condutores que poderiam evitar a dor e o sofrimento. Estes também foram um cenário de grandes avanços científicos e tecnológicos que ironicamente contribuíram para a melhoria na qualidade

de vida da humanidade. Não se trata apenas das guerras bélicas e de grandes exércitos travadas entre nações, mas também, e aqui principalmente, das guerras biológicas, travadas pela natureza contra a vida humana, também conhecida como pandemias (SERRANO-BARREIRA; HERNANDEZ-BETANCOURT, 2016).

As pandemias não escolhem lado, não distinguem raça, crença, gênero ou classe social, entretanto, durante as pandemias que marcaram a história, pode-se considerar que foram os períodos em que mais se acentuaram as desigualdades sociais, pois se a pandemia não escolhe lado, os governantes e autoridades que deveriam combatê-la, zelando pelo bem-estar das nações, sim, escolhem um lado. Infelizmente, o lado escolhido é o da minoria elitizada, tornando mais precária a realidade das massas populacionais.

As pandemias conseguem explicitar o pior e o melhor das pessoas, sendo usadas pelos governantes, e a elite a qual servem, como arma para colocar em prática seu projeto genocida contra as classes subalternas ao passo que buscam formas de favorecer o grande capital, com fins de interesse próprio. Contraditoriamente, ao mesmo tempo, as tragédias pandêmicas instigam a ciência a buscar novos conhecimentos, proporcionando avanços significativos no campo científico, de grandes benefícios para as gerações futuras. Esse cenário se repete, de tempos em tempos, um passado que insiste em voltar.

Um das pandemias que marcaram a história foi a chamada *Peste Negra*, que assolou a Ásia e a Europa no século XIV, se espalhando por outros continentes por meio das expansões comerciais entre os continentes e com fins de colonização. Acredita-se que a *Peste Negra* foi causada pela *Peste Bubônica*, doença transmitida pelos ratos e que seguiu provocando várias epidemias até o século XIX. A pandemia causou milhões de mortes e provocou diversas alterações sociais e econômicas, agravando as desigualdades (SERRANO-BARREIRA; HERNANDEZ-BETANCOURT, 2016).

Outras epidemias históricas que assolaram a humanidade foram a *Variola*, que perdurou por cerca de 3 mil anos até ser erradicada em 1980 após forte campanha de vacinação; a *Cólera*, que teve sua primeira ocorrência no século XIX e ainda hoje é considerada uma pandemia, ocorrendo vários surtos epidêmicos ao longo do tempo e matando milhares de pessoas em diversas partes do mundo. Pois a cólera preocupa pelo seu alto índice de mortalidade, 50% das pessoas infectadas. A *Gripe Espanhola*, que foi causada por um vírus influenza mortal e matou milhões de pessoas no início do século 20, e a *Gripe Suína*, a primeira pandemia do século XXI, causada pelo vírus H1N1, matando milhares de pessoas (HERNANDEZ-FLÓREZ; CÁCERES-MANRIQUE, 2014).

Atualmente, o mundo enfrenta o Covid-19, uma doença causada pelo SARS-CoV-2 que se alastrou de forma rápida e violenta, principalmente no que diz respeito a aspectos atinentes a questão social. No Brasil, além da problemática da pandemia em si, a população ainda enfrenta um desgoverno ditatorial que travou uma guerra contra o conhecimento científico, principalmente se for oriundo de instituições públicas, somada ao negacionismo por parte do próprio Presidente da República, o que coloca em grande risco a eficácia das medidas de enfrentamento recomendadas pelos órgãos competentes.

Embora se tenha afirmado que as pandemias não escolhem um lado, nem todos são atingidos da mesma forma, uma vez que à grande maioria da população, a classe trabalhadora, não são dadas as condições necessárias para enfrentar essa pandemia de forma justa, pois infelizmente, no mundo do capital a economia está acima da vida, principalmente se a vida for proletária ou representar um impedimento para o desenvolvimento econômico do país, como são os vistos os povos originários.

As populações indígenas sofreram com epidemias desde os primeiros contatos, quando as doenças trazidas pelos colonizadores nas caravelas dizimaram comunidades inteiras. Ao longo da história, no processo de desenvolvimento do país várias comunidades sofreram com epidemias propositais, em tentativas explícitas de genocídio com vistas a abrir caminho para o dito progresso. Com a Covid-19 não tem sido diferente, além de serem uma população pouco assistida por várias políticas sociais, principalmente no que tange a política específica e diferenciada, os povos indígenas ainda precisam enfrentar a invasão de suas terras por parte de garimpeiros, o que intensifica o contágio dentro da Terra Indígena (BARDI et al, 2020).

Para agravar a situação, a FUNAI criou, em plena pandemia, a Instrução Normativa nº 9 de 16 de abril de 2020, alterando a condução da emissão de limites de terras indígenas, possibilitando a invasão de áreas em Terra Indígena. Com isso, e ainda a saúde sob gestão de um coronel do exército, as comunidades indígenas se encontram altamente vulneráveis (BARDI et al, 2020).

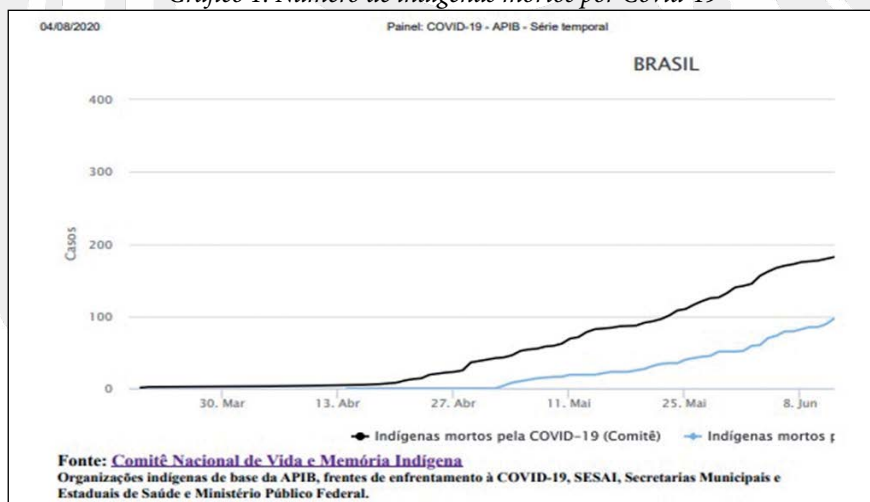
Os povos indígenas são altamente vulneráveis as doenças respiratórias o que leva a alta taxa de mortalidade nos povos indígenas, assim como a de outras epidemias causadas por vírus como sarampo, varíola, influenza (H1N1) e do vírus Sincicial Respiratório de 2016. A Covid-19 começou nos grandes centros urbanos e foi se interiorizando. A necessidade de estar nos serviços e comercio levou a doença para o interior das Terras Indígenas (TIs) muito rápido. O que levou a morte de muitos indígenas que con-

centravam suas TIs próximas aos grandes centros como Manaus, Eixo Rio Branco, Fortaleza e Salvador (FIOCRUZ, 2020).

O *Coronavirus Disease 2019* (Covid-19) é um problema de saúde coletiva, com serias consequências ao físico, mental e ao social, já que é uma doença que atinge as relações sociais e tem como indicação o distanciamento social para prevenção e contenção do vírus. É causada por uma grande família de vírus o Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2 (SARS-CoV-2), afeta os humanos e é altamente contagioso com alto índice de mortalidade. A transmissão acontece de pessoa a pessoa. Reage de diferente forma nos organismos e tem intrigado a comunidade científica pela mutação rápida. Às medidas profiláticas recomendadas são o distanciamento físico, o permanecer em casa, higienizar as mãos, o uso de máscaras e a detecção precoce de pessoas infectadas (DO BÛ et al, 2020).

Hoje, em 04 de agosto de 2020, os dados oficiais apresentados pelo Ministério da Saúde do número de casos de Covid-19 nos povos indígenas é subnotificado, sendo ele de 16.223 casos confirmados, com 287 mortos. Isto não bate com a realidade de 22.021 casos confirmados, sendo 625 mortos, e 148 povos atingidos, dados pesquisados pela parceria realizada por diferente fontes de dados formada pela SESAI, Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, Ministério Público e Organizações indígenas de base da Associação dos povos indígenas do Brasil que são compilados pela APIB e pelo Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 1: Número de indígenas mortos por Covid-19



Estes números mostram o avanço da pandemia na população indígena. Estes números são subnotificados pelos órgãos oficiais e não mostra

o alastramento da pandemia na população indígena. E, com isto, não há um planejamento das atividades voltadas para esta população. Estas mortes levaram a perdas imensas de parte da memória, da cultura, da língua pela morte repentina de lideranças e guardiões da história indígena. Além dos crimes ambientais que está ocorrendo nas terras indígenas por garimpeiros que transitam e invadem as terras indígenas, levando de forma desenfreada o vírus no momento de baixa fiscalização, para não dizer nenhuma fiscalização dos órgãos responsáveis pela fiscalização do garimpo ilegal, desmatamento e destruição das TIs.

Importante ressaltar que não há no atual momento uma participação dos povos indígenas no planejamento das ações voltadas para eles, levando em consideração suas diversidades, o que mostra um desrespeito as especificidades e as diversidades étnicas dos povos indígenas.

Embora tenham acontecido em momentos diferentes da história, pode-se observar em todas as pandemias que a precarização ou ausência de políticas públicas, bem como o negacionismo científico, foram cruciais para a agravamento da crise e, em contrapartida, a ciência e seus avanços foram de fundamental importância para a resolutividade parcial ou total das crises.

Dessa forma é de suma importância que se proteja o conhecimento pautado pela presença indígena na universidade pública, garantindo o acesso democrático de forma que se considere a diversidade étnica e sociocultural da população, para que possa construir um saber democrático voltado para atender esta população diversa. Isto pode ser garantido, por exemplo, pelo Vestibular Específico Indígena e pela políticas de permanência para essa população em todos os momentos do processo acadêmico e em especial nesta pandemia, pautado nodialógico de saberes.

Os estudantes indígenas da UNB e as estratégias de fortalecimento para enfrentar a pandemia

A educação indígena é discussão recente como Política de Educação. Apenas após a Constituição Federal de 1988 é que se reconhece os povos indígenas, sua organização social, costumes, cultura, crenças e tradições, direito a terra que ocupam, direito a uma educação bilíngue, o direito de falar na língua e exercer seus direitos a diversidade culturais garantida nos artigos 231 e 232. Este direito foi reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN nº 9394/1996) que garante a educação indígena nas comunidades, valorizando suas línguas e ciências, percebendo a educação escolar indígena de forma diferenciada. Que são garantidas através de uma

educação que perpassa pelos conhecimentos técnicos e científicos e conhecimentos indígenas.

Assim, esta educação nas comunidades deve ser assumida pelos próprios povos indígenas, sendo uma educação articulada entre os conhecimentos indígenas e os conhecimentos das demais culturas. Desse modo, era necessário formar profissionais indígenas para assumir as escolas indígenas, pois apesar dos professores indígenas dominarem os conhecimentos tradicionais, precisavam dominar também os outros conhecimentos ainda precários da língua portuguesa e demais áreas do conhecimento. Surge assim, a necessidade de formação dos professores indígenas em cursos de Licenciatura Intercultural Indígena (SILVA; TEIXEIRA, 2018).

Além da formação intercultural dos professores, outra demanda se faz necessária, a formação de jovens lideranças para a gestão de suas terras. O movimento indígena vem desde a década de 1970 em uma grande luta na garantia de suas terras e na gestão delas. As terras indígenas ocupam 13,1% das terras brasileiras e são consideradas as mais ricas de recursos naturais (biodiversidade e recursos minerais). Desse modo, com o reconhecimento desses povos como organização pela Constituição Federal de 88 e pelo estatuto dos povos indígenas, reconhecido pela OIT 169 que assegura a participação dos povos indígenas em todas as discussões que se referem a eles, leva os povos indígenas a reivindicar vagas nas universidades para formação de suas lideranças para serem protagonista nesse processo de gerir suas terras e buscar autonomia nos processos sociais aos quais deixam de ser uma ação de representantes indígenas e sim técnicos na gestão de suas terras (LIMA, 2012).

Várias foram as iniciativas de capacitação dos povos indígenas, além dos cursos de licenciatura indígena. A Fundação Ford, fundação filantrópica que desenvolve ações de formação especializada de população vulnerável pelo mundo, cria cursos de pós graduação na Fundação Carlos Chagas e começa a discutir sobre as cotas para negros nas universidades. Assim os cursos de graduação e pós-graduação começam a ser criados nas universidades particulares para formar os indígenas usando as estruturas acadêmicas (LIMA, 2012).

Nessa direção, surge na UnB as discussões sobre a política de cotas para negros e indígenas na universidade, que foi aprovada em 2003 e teve início em 2004. Surge como convenio entre a Fundação Universidade de Brasília (FUB) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 2004, e é renovado como Acordo de Cooperação Técnica em 2015. Nesse período, ingressaram 265 estudantes na universidade por vestibular específico indígena ou por transferência, deixaram suas comunidades, suas famílias e filhos

para enfrentar o ensino superior. Muitos desses estudantes finalizaram o curso e outros foram jubilados ou abandonaram seu curso, pois são muitos os desafios de permanecer e se diplomar na universidade pública. Para se fortalecer esses estudantes se organizaram politicamente dentro e fora da universidade, enfrentaram inúmeras dificuldades e desafios, conseguiram diversos avanços, mas também alguns retrocessos. Contam com apoio interno de técnicos, professores, grupo de estudos, e externamente contam com as organizações políticas indígenas e não indígenas para se fortalecerem neste momento desafiador na educação superior.

Vários foram os desafios apontados na educação indígena, muitos estudos têm sido desenvolvidos com o tema da educação superior indígena por diversos estudiosos indígenas e não indígenas. Fazendo uma busca na Biblioteca Digital brasileira de Teses e dissertações – BDTDE encontramos usando o descritor de texto “educação superior andígena!” Um total de 236 produções. Estando assim organizadas, 167 Dissertações e 69 teses. 233 em português e 2 em espanhol. Entre os assuntos pesquisados ressaltamos Educação, Educação superior, Ensino superior, cotas raciais ensino superior, Educación superior, Formação superior totalizaram 79 publicações. Sendo que a discussão recorrente são as estratégias para enfrentamento e as dificuldades enfrentadas pelos estudantes indígenas no ensino superior.

Isto é importante de se ressaltar pois são muitas as dificuldades de enfrentamento nas instituições de ensino superior, seja econômico, cultural, metodológico, a população indígena é uma população vulnerável, não apenas por ser numericamente menor dentro da universidade, mas historicamente são mais vulneráveis pelas perdas culturais ocorridas ao longo dos séculos.

Neste momento de pandemia não é diferente, os estudantes indígenas da graduação e pós graduação ativos hoje na Universidade de Brasília não encontraram menos dificuldades das vivenciadas no dia a dia universitário. Entre eles, a ambiguidade posta entre ir para a comunidade ou permanecer em Brasília, e se aqui ficar, como viver esse momento tão atípico em local tão diferente da sua realidade? E se retornar para a comunidade, quais os cuidados necessários no retorno para evitar o contágio com a pandemia tão latente?

Hoje temos ativos na UnB 163 estudantes indígenas na graduação, oriundos do Convênio e do Acordo de Cooperação Técnica com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e 27 estudantes da Pós Graduação. Destes, 106 estudantes permaneceram em Brasília. Este levantamento foi importante para realizar o acompanhamento individual e de forma sistemática para acolher aqueles que ficaram em Brasília. Foram verificados que alguns estudantes precisariam de apoio social, psicológico, socioeconômico e assistenciais.

Foram realizadas parcerias com a Diretoria de Atenção à Saúde da Comunidade Universitária – DASU, para atender os estudantes que estivessem fragilizados emocionalmente pelo processo de distanciamento e isolamento social, pela distância dos familiares que estavam na comunidade e a falta de comunicação, bem como a impossibilidade de poder voltar para a comunidade devido a redução de transporte para regresso à comunidade.

Quanto ao processo sócio assistencial foram disponibilizados pela Diretoria de Desenvolvimento Social – DDS vinculado ao Decanato de Assuntos Comunitários – DAC programas para suprir as necessidades iniciais porque o Restaurante universitário – RU foi fechado e permanecer em Brasília sem este auxílio alimentação seria uma preocupação a mais. Assim, foi construído edital, com participação da COQUEI e do coletivo indígena, do Auxílio Alimentação Emergencial, do Auxílio Deslocamento e do Programa de Inclusão Digital. Estes programas irão diminuir a vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes que permaneceram em Brasília.

Houve também parceria com a Fundação Nacional do Índio – FUNAI para distribuição de Cestas Básicas para os estudantes indígenas que permaneceram em Brasília. As cestas que chegaram auxiliaram para que o recurso das bolsas pudesse ser otimizado para outras aquisições necessárias para diminuir o estresse neste momento de pandemia.

Em face disso, foi mantida a reunião semanal da Coordenação Indígena e do Coletivo Indígena para socializar o andamento das atividades da UnB e como forma de integrar o coletivo com a coordenação, além de acompanhar as vivências diárias, dificuldades, demandas estudantis e construir alternativas em conjunto com os estudantes. Além de acompanhamento semanal individual dos estudantes pelas profissionais do Centro de Convivência Multicultural dos Povos Indígenas da Universidade de Brasília (MALOCA) e da estagiária de serviço social indígena, esse acompanhamento contribui com a diminuição da ansiedade de estar longe de casa e dos seus pares.

Importante salientar, que a permanência dos estudantes em Brasília após a suspensão do semestre em março deve-se a incerteza do retorno, o que seria dispendioso no primeiro momento. No segundo momento, ficou impossível o retorno para a comunidade devido ao fechamento das vias terrestres e fluviais na região norte, da suspensão de voos, e deslocamento terrestre nas outras regiões. Após a liberação ou organização pessoal de carros particulares, carros alugados ou voos marcados excepcionalmente alguns estudantes retornaram para as aldeias. O processo de deslocamento até a chegada a comunidade, sem os devidos cuidados, levou a contaminação pelo Covid-19 de 4 estudantes indígenas acompanhados pela COQUEI.

Método

Para realizar a pesquisa histórica do Covid-19 foi realizado um levantamento da bibliografia produzida usando os conectores “Covid-19 and indígenas” na base de dados nas BVS Saúde no link: <https://pesquisa.bvsalud.org/brasil>. Foram encontrados 30 textos, dos quais 16 são em inglês, 1 em chinês, 3 em espanhol e 10 em português. Além destes, mais alguns textos produzidos pela FIOCRUZ serão usados para o embasamento teórico. Para responder as questões sobre a população indígena na UnB e seus povos, foi consultado a base de dados produzida pelas pesquisadoras na Coordenação Indígena usando o banco de dados do SIGAA, do SIGRA e documentos internos apresentados nos programas sócio assistenciais editais e resoluções publicadas nas páginas da UnB. Para levantamento das ações sócio assistenciais serão usados os dados da COQUEI e da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) da UnB, publicados na página desta diretoria.

Participantes

Foram analisados os estudantes ativos da graduação na UnB que fazem parte do Convênio de Cooperação Técnica FUB_FUNAI 001_2004 e Acordo de Cooperação Técnica FUB_FUNAI 002_2015. Estes estudantes totalizam 163 estudantes ativos, os quais serão caracterizados nesta pesquisa.

Instrumentos

Foram usadas Planilhas para caracterizar a população a ser estudada, eos sistemas de dados SIGRA – Sistema de Graduação e SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas e as declarações de pertencimento étnico para caracterizar povo e região de origem do estudante. Foram usados para levantamento dos auxílios socioeconômicos criados para o momento de pandemia o site da DDS com as publicações de editais e resultados dos programas onde contempla os beneficiários.

Procedimento

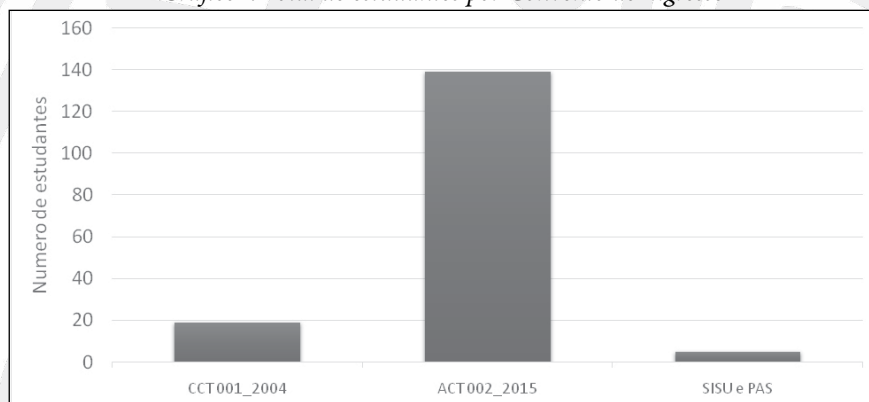
Foi usada uma planilha para organização dos dados. Na planilha foram identificados os seguintes dados: Nome, matrícula, curso, idade e sexo. Para preenchimento foram usados dados de vários itens do sistema SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas, e Sistema SIGRA – Sistema da Graduação, e levantamento interno das pesquisadoras

em documentos de comprovação de pertencimento étnico apresentado nos vestibulares específicos indígenas.

Resultado e discussões

O Gráfico 2 apresenta o total de estudantes atendidos no semestre na Coordenação indígena oriundos dos vestibulares específicos aplicados até o ano de 2019 e ingressantes até o primeiro semestre de 2020. São um total de 163 estudantes, sendo que 19 são do convenio de Cooperação Técnica 001_2004 e 139 do Acordo de Cooperação Técnica 002_2015 e 5 ingressaram por PAS e SISU.

Gráfico2: Total de estudantes por Convenio de Ingresso



Fonte: SIGAA e SIGRA

O primeiro Convenio de Cooperação Técnica aconteceu em 2004 e ingressaram 108 estudantes. Destes estão ativos no momento 29 estudantes indígenas. Renovado em 2015, com o nome de Acordo de Cooperação Técnica, vigente no momento, estão ativos 134 estudantes. O primeiro vestibular oriundo desse Convenio aconteceu em 2017 com ingresso em 2018. Destes perfazem um total de 163 estudantes ativos. Do total de vagas vigentes alguns estudantes abandonaram ou não iniciaram o semestre na UnB. O motivo do abandono, em geral é socioeconômico – não ter como se manter nos primeiros meses, aspectos culturais que dificultam a adaptação – distância da família, de casa e dos costumes, e dificuldades acadêmicas – falta de adaptação metodológica e língua (RENAULT, 2019).

Quanto ao sexo, a maioria dos estudantes ativos, que somam o percentual de 51%, são do sexo feminino, o que corrobora com os dados nacionais das universidades que a maioria são do sexo feminino. No entanto, essa realidade é diferente na educação básica onde as mulheres são minoria, 49,1% são

co reais); edital da DDS número 001_2020. Que diz: “1.1 O Auxílio Alimentação Emergencial é regulamentado pela Resolução do DAC nº 001/2020, tem caráter temporário e visa suprir, a necessidade alimentar dos estudantes de graduação e pós-graduação” (UNB). Foram atendidos 108 estudantes.

- Acompanhamento dos estudantes ativos da UnB que permaneceram em Brasília e os que voltaram para a comunidade. Todos os estudantes foram contatados.
- Reuniões semanais pelos sistemas de mídia disponível, Zoom e Teams, para discussão do dia a dia, informes e discussão das atividades e normativos a serem propostos no momento de pandemia. Periodicidade de reunião de caráter ordinária, uma vez por semana e extraordinária foram 6 reuniões até a data desse artigo.
- Disponibilidade de empréstimo de computadores ou tablets para o momento de pandemia. Edital em construção com a população indígena. Foi usado como parâmetro o levantamento realizado pela COQUEI, sobre o quantitativo de instrumentos e as mídias necessárias para atender as atividades EAD. Outros desafios terão que ser discutidos, principalmente para os estudantes que já retornaram à comunidade e precisam de equipamento e internet para assistir as aulas.

É importante ressaltar, que a assistência estudantil garante a permanência dos estudantes indígenas na UnB, pois os estudantes indígenas são todos usuários da assistência estudantil e sem ela não seria possível a permanência na universidade. O medo nos momentos de pandemia, o isolamento social que intensifica ainda mais o distanciamento dos estudantes do mundo exterior e do diálogo com os pares, sendo os pares aqui definido como os outros estudantes indígenas, fragiliza ainda mais os estudantes. Desse modo, garantir meios de comunicação com o mundo exterior como as mídias sociais, a alimentação, e o recurso para pagamento de aluguel-moradia, diminui os estressores naturais que dificultaria ainda mais e prejudicaria a permanência dos estudantes em Brasília.

Além dos danos físicos causados pelo novo Corona vírus, as doenças cardiovasculares, metabólicas, pulmonares, hepáticas e renais. Alguns dados são importantes de ser ressaltados:

Dados epidemiológicos indicam que 80% da população infectada apresenta quadros de pneumonia atípica de leve a moderada, 15% evoluem para uma pneumonia grave e 5% dos casos podem desenvolver a Severe Acute Respiratory Syndrome (SARS, Síndrome Respiratória Aguda Grave). Na fase crítica da doença, muitos desenvol-

vem sepse (infecção generalizada no organismo humano), entram em choque e morrem. (DO BÚ et al, 2020, p. 2)

Para evitar o alastramento dessa pandemia a Organização Mundial da Saúde recomendou o distanciamento social, a higiene constante das mãos, o uso de máscara e o isolamento dos contagiados. Isto levou um medo geral e as medidas de isolamento recomendada gerou outras doenças vinculadas a saúde mental do indivíduo. Para tanto, a Coordenação indígena entrou em contato com todos os estudantes indígenas da UnB, da Graduação e Pós Graduação para mapear e dar suporte psicológico e social.

Começou o dilema entre voltar para casa ou permanecer em Brasília. Pois ficar em Brasília sem a perspectiva de aula e “abandonado” era um problema a ser enfrentado pelos que ficaram. Ou retornar e correr o risco de ser contaminado e contaminar aqueles que estavam na comunidade, supostamente em isolamento.

Neste contexto a primeira pesquisa realizada foi detectado que 106 estudantes da graduação e 9 estudantes da Pós graduação permaneciam em Brasília. Estes foram acompanhados diariamente e ao longo dos primeiros quinze dias muitos retornaram à comunidade. Depois disso algumas comunidades começaram a solicitar que evitassem o trânsito para retorno a comunidade, muitas fronteiras para as aldeias e comunidades indígenas foram fechadas e muitos que insistiam em regressar precisavam cumprir quarentena nas proximidades em local isolado por 15 dias antes de ingressarem para dentro das terras indígenas.

Isto gerou muito estresse os estudantes, que necessitaram de acompanhamento constante com assistentes sociais e psicólogos, que se desdobraram além de seus horários normais de trabalho para o suporte necessário. Outras alternativas foram criadas, como o teleatendimento do Ambulatório de Saúde Indígena – ASI, vinculado ao Hospital Universitário – HUB. Que conta com a participação dos estudantes indígenas, professores, pesquisadores e a coordenação indígena.

Outra alternativa que deu um grande suporte aos estudantes foi o próprio coletivo de estudante indígena, que junto com a coordenação indígena se reúne toda semana em vídeo conferencia para conversar, informar e dar um suporte emocional aos pares, entendendo aqui como pares os próprios estudantes indígenas que vivenciavam as mesmas experiências. Neste momento aqueles que haviam retornado iam conduzindo os que aqui se encontravam para escolher o melhor momento de retorno.

Hoje a maioria dos estudantes regressaram para a comunidade, mas o suporte continua o mesmo. Informações diárias, atendimento diário via

tele atendimento e reuniões semanais para orientação e outros auxílios sócio assistenciais que foram surgindo e os estudantes precisavam de orientação e auxílio.

Com o retorno das aulas previsto para dia 17 de agosto de 2020, outras demandas começam a surgir como a inclusão digital, o acesso à internet e a possibilidade de retorno a Brasília para aqueles que não tem como acompanhar as aulas pela comunidade ou aldeia indígena.

Conclusão

Com base nos dados apresentados e com o referencial teórico usado na pesquisa, acreditamos que as estratégias apresentadas pela instituição foram importantes no fortalecimento dos estudantes indígenas. Além de auxiliar os estudantes no enfrentamento dos desafios financeiros, sociais, culturais e metodológicos, neste novo processo de retorno as aulas.

Se os problemas financeiros são impactantes para permanência na universidade, a garantia das bolsas fazem com que seja um problema a menos para o estudante e seus familiares que hoje enfrentam o processo de distanciamento familiar, fragilidade social e a comunicação que é falha em relação aos cuidados em relação aos povos indígenas. Pois além do processo educacional, a fragilidade do sistema de saúde deixa a população indígena ainda mais vulnerável.

A participação dos estudantes na construção das estratégias de enfrentamento, garantiu que os olhares diferenciados pudessem abranger aspectos e necessidades oriundas dos próprios estudantes. Onde estes puderam relatar e exigir que fossem contemplados nos editais as reais resoluções das suas necessidades.

Este trabalho espera ter cumprindo o seu objetivo de levar ao público em geral a importância da participação dos diferentes atores na construção das garantias dos direitos indígenas. Em especial, o cumprimento da participação dos povos indígenas na gestão dos recursos que lhe são relevantes e dos quais são usuários.

Referencias

BARDI, Giovanna et al. Pandemia, desigualdade social e necropolítica no Brasil: reflexões a partir da terapia ocupacional social. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.** Rio de Janeiro. Suplemento, v.4(2): 496-508, 2020.

BERNARDES, Julia Adão et al. 2020. Geografia e Covid-19: Neoliberalismo, Vulnerabilidade e Luta Pela Vida. **Rev. Tamoio**, São Gonçalo (RJ) ano 16, n 1. Especial COVI-19, p. 185-205, maio 2020.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

DO BÚ, Emerson et al. Representações e ancoragens sociais do novo coronavírus e do tratamento da Covid-19 por brasileiros. **Estudos psicológicos**. Campinas. 2020.

FIOCRUZ. **Risco de espalhamento da Covid-19 em populações indígenas**: considerações preliminares sobre vulnerabilidade geográfica e socio-demográfica. Relatório de 18 de abril de 2020.

HERNANDEZ-FLOREZ, Cristhian Eduardo; CÁCERES-MANRIQUE, Flor de Maria. Cólera, uma nova pandemia está se aproximando? **Revista Medicas UIS**, Bicaramanga, Santander. Colômbia, vol 27, n 2, p. 1-22, Maio-Agosto, 2014.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Disponível em: <http://portal.inep.gov.br>. Acesso em: 05.07.2020.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. A educação Superior de Indígenas no Brasil Contemporâneo. **Revista História Hoje**, RJ. vol 1, n. 2. p. 169-193. Dez. 2012.

MERCURI, Elizabeth; FIOR, Camila Alves. Análise dos Fatores Preditivos da Evasão em uma Universidade Confessional. In: **II CLABES** – Segunda Conferencia Latinoamericana sobre El Abandono en la Educación Superior, 2012.

RENAULT, Claudia Regina Nunes dos Santos. **Educação superior indígena na UnB**: perfil, trajetória, expectativas e desafios dos estudantes. Dissertação de Mestrado. UCB. 2019. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br>. Acesso em: 10.06.2020.

SERRANO-BARRERA, Orlando Rafael; HERNANDEZ-BETANCOURT, Jenny de la Caridad. Las epidemias desde la perspectiva de la historia, la ciencia y la cultura. **Revista Electrónica Dr. Zoilo E. Marinello Vidaurreta**. 41(3), 2016. Disponível em: <http://revzoilomarinellosld.cu>. Acesso em: 10.06.2020.

SILVA, Messias Furtado; TEIXEIRA, Odete Pacubi Baierl. Educação Superior Indígena Análise do Discurso do Indígena sobre o Papel do Professor

não Indígena na sua Formação Acadêmica. **ETD – Educação Temática Digital**. Campinas, v. 20. n.4. p. 1036-1058 out./dez. 2018.

STEVANIM, Luiz Felipe, Vulnerabilidades que aproximam. **Fiocruz. Radis**. n. 212, Maio 2020. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br>. Acesso em: 07.06.2020.

VALVERDE, Ricardo. **Relatório avalia disseminação da Covid-19 entre indígenas**. 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br>. Acesso em: 10.06.2020.

Abstract: The literature describes some difficulties faced by indigenous students in college education, with academic experiences, economic difficulties and distance from the family being reasons for evasion and the need to create strategies to strengthen this population to stay in universities. In times of pandemic, this care needs to be redoubled to protect this population, which can suffer major social impacts and abandon their courses. In this direction, this article proposes to understand the role of the educational institution, the students and the interactions guaranteed for their permanence in the university. As a method, a quantitative research will be carried out to active the objective. And it brings as a conclusion, the importance of working together with the academic population so that together they can build actions that produce satisfactory results for the training of indigenous students.

Keyword: Pandemic; Indigenous students; College education.